

OPINIÃO

SOCIALISTA

1º DE MAIO
DIA DE LUTA

IR ÀS RUAS CONTRA
OS PATRÕES E OS
GOVERNOS!

INTERNACIONAL

Tarifaço é parte do plano de Trump para impor nova ordem mundial imperialista.
Entenda a disputa EUA X China
Páginas 12 a 27 | Clique aqui

VIOLÊNCIA

Saiba porque a PEC da Segurança de Lula é um ataque racista à periferia
Páginas 44 a 53 | Clique aqui

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4 a 6

NOTAS

Protesto antirracista reúne 500 pessoas em shopping em São Paulo;

Semana Zé Maria do Tomé.

Pág. 7 a 11

Editorial

DERROTAR A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA, ENFRENTAR OS CAPITALISTAS E ENTERRAR A ULTRADIREITA!

Pág. 12 a 27

Internacional

TARIFAÇO É PARTE DO PLANO DE TRUMP PARA IMPOR NOVA ORDEM MUNDIAL IMPERIALISTA

Pág. 28 a 39

Centrais

IR ÀS RUAS CONTRA OS PATRÕES E OS GOVERNOS, PELAS REIVINDICAÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA

Pág. 40 a 43

Partido

PAULO RIGO, PRESENTE!

Pág. 44 a 53

Nacional

POR QUE A PEC DA SEGURANÇA DE LULA É UM ATAQUE RACISTA À PERIFERIA?

Pág. 54 a 58

Movimento

UNE: ENFRENTAR OS ATAQUES DO GOVERNO LULA E A EXTREMA DIREITA

Pág. 59 a 63

Movimento

“TEMOS QUE APROVAR GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO CONTRA OS ATAQUES DO TARCÍSIO”

Pág. 64 a 68

Cultura

ANIMES TAMBÉM DENUNCIAM INJUSTIÇAS E TENSIONAM QUESTÕES SOCIAIS

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Jeferson Choma, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo
(SP) CEP: 01313-000

SÃO PAULO

Protesto antirracista reúne 500 pessoas em shopping



Ato contra racismo em shopping | Foto: Redes Sociais

Cerca de 500 manifestantes protestaram no último dia 23, no Shopping Higienópolis, em São Paulo, contra o racismo. O ato, que aconteceu uma semana após dois estudantes sofrerem abordagem discriminatória no local, começou em frente ao Colégio Equipe e seguiu até o shopping, com faixas e cantos contra o racismo. Os manifestantes cobraram medidas concretas da administração do shopping, além de um pedido de desculpas. No decorrer dos últimos sete anos, o shopping foi denunciado por, pelo menos, cinco casos de racismo. Em junho de 2017, por exemplo, o Ministério Público abriu inquérito para apurar possíveis práticas racistas contra o filho de um artista plástico, confundido com uma pessoa em situação de rua, enquanto tomava chá com o pai. Em 2018, um segurança

do shopping humilhou um adolescente negro, ordenando que tirasse as mãos do bolso durante outra abordagem racista.

SEMANA ZÉ MARIA DO TOMÉ

“Chuva de veneno nunca mais! Revoga, já!”

Com o tema “Chuva de veneno nunca mais! Revoga, já!” acontece, entre os dias 21 e 30 de abril, a 14ª Semana Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte (CE). O evento é uma homenagem ao líder camponês Zé Maria do Tomé, que lutou contra os agrotóxicos na Chapada do Apodi e foi assassinado há 15 anos.

Reginaldo Ferreira de Araújo, historiador, pedagogo, mestre em educação e militante do Movimento 21 (M21) explica que a escolha do tema da semana se deu devido ao “ataque que a gente sofreu no final do ano passado, pelo governador Elmano de Freitas, que era um parceiro da gente, que fez a Lei Zé Maria do Tomé junto com a gente, coautor da Lei e, infelizmente, foi desmanchado com a Lei do Drone no final de 2024”.

A programação contará com apresentações de dissertação de mestrado, ação solidária com a distribuição de alimentos livres de agrotóxicos, cultivados pela resistência camponesa da região, seminários, visitas aos quintais produtivos e comunidades impactadas pelo agronegócio, roda de conversa, feira da agroecologia, reforma agrária e agricultura familiar do Vale do Jaguaribe, a tradicional Romaria da Chapada e

muito mais.

Araújo destaca dois pontos da programação. O primeiro é a ação solidária com a distribuição de alimentos saudáveis, sem veneno, vindos do Acampamento Zé Maria do Tomé. “Enquanto o agronegócio dá veneno para o povo, nós vamos fazer uma campanha solidária no dia do assassinato do Zé Maria do Tomé, distribuindo alimento saudável do Acampamento Zé Maria do Tomé que está em transição agroecológica.” Outro momento destacado por Araújo é a tradicional Romaria da Chapada, que será realizada no dia 26 de abril. A ação tem o caráter de trazer denúncias, mas, também, é um momento celebrativo, de dar visibilidade aos anúncios, às lutas, às ações, às resistências camponesas, de mostrar para o público os frutos do trabalho das comunidades, das organizações e movimentos.



Ativistas preparam a ‘Semana Zé Maria do Tomé’ | Foto: Movimento 21

Derrotar a política econômica do governo Lula, enfrentar os capitalistas e enterrar a ultradireita!

O Banco Mundial acabou de defender uma nova Reforma da Previdência, anunciando que, se não ocorrerem mudanças nas regras, a idade mínima de aposentadoria poderá “ter que” passar para 78 anos. Ou seja, o banco defende cortar benefícios e direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, já, para que o governo não tenha que se enfrentar ainda mais com os trabalhadores, ali na frente. Esta proposta não está distante do governo. A Ministra do Planejamento e Orçamento Simone Tebet anunciou a urgência de novos ajustes fiscais, “robustos”, após 2026, e novas reformas, incluindo a da Previdência.

Considerando o silêncio de Lula e Haddad, além de toda a política econômica implementada pelo governo, há um acordo geral no Planalto sobre isto. Vai neste mesmo sentido a declaração do ex-presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, que propôs congelar o salário mínimo por seis anos para conter os gastos públicos.

AGRADOS PARA A BURGUESIA

Por mais que o governo tenha atendido como nunca os interesses dos capitalistas, eles exigem mais. E o governo sinaliza que tomará ainda mais medidas para agradar os que lucram com os grandes monopólios. Aliás, o atual presidente do BC, Gabriel Galípolo, indicado por Lula, continua

mantendo a taxa de juros em patamares indecentes, agradando a banqueirada e ajudando a enriquecer os grandes ricos parasitas. Enquanto isso, a inflação corrói salários, ao mesmo tempo em que o déficit fiscal é usado como justificativa para impor novos ataques, como o corte de R\$ 7,7 bilhões do Bolsa Família, no orçamento de 2025.

O governo, amarrado ao Arcabouço Fiscal, segue o roteiro de Dilma que, quando a situação econômica apertou, optou por dar um giro à direita, em um governo que já vinha fazendo tudo que a burguesia pedia.

Por isso, é tão importante que neste 1º de maio os trabalhadores e trabalhadoras saiam às ruas para exigir o atendimento de suas reivindicações, lutando para derrotar a política econômica do governo, ao mesmo tempo que se coloquem frontalmente contra os capitalistas e para enterrar, de uma vez por todas, a ultradireita.

BANDEIRAS DE LUTA

1º de Maio é pra lutar pelas reivindicações dos trabalhadores

PELO FIM DA ESCALA 6X1 E AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS

Esse também seria um caminho para garantir o fim da escala 6×1. Seria preciso sobretaxar os grandes monopólios para garantir subsídio aos pequenos negócios e, assim, possibilitar o fim da escala 6×1, gerando aumento da oferta de

empregos e nenhuma redução de salário. Na verdade, hoje, os salários precisam ser aumentados. Não é à toa que vários setores capitalistas estão com dificuldade para contratar. Oferecem um salário de fome e jornadas extenuantes.

ISENÇÃO DE R\$ 5 MIL É INSUFICIENTE!

A medida destinada a zerar o Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil precisa ser ampliada ainda mais. De acordo com a Unafisco, caso a tabela do Imposto de Renda fosse reajustada de acordo com a inflação das últimas décadas, a faixa de isenção atual deveria ser, já, de R\$ 5,200. Sem contar que as demais faixas também teriam que ser reajustadas. Contudo, não estão sequer corrigindo a tabela; mas apenas dando uma isenção, insuficiente, para o primeiro nível. Seria preciso muito mais, como sobretaxar realmente os bilionários e os grandes monopólios capitalistas para garantir isenção e impostos ainda menores para os trabalhadores e pequenos proprietários.

REVOGAÇÃO DO ARCABOUÇO FISCAL E DAS REFORMAS TRABALHISTA E DA PREVIDÊNCIA!

Exigir que o governo não só não faça novos ataques, como revogue as reformas Trabalhista e da Previdência, que só pioraram as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim como também é preciso exigir que o governo reverta as privatizações de Bolsonaro e acabe com o Arcabouço Fiscal que sufoca a Saúde e a Educação.

SEM ANISTIA! PUNIÇÃO E PRISÃO PARA BOLSONARO E GOLPISTAS!

É preciso exigir a prisão de Bolsoanro e todos os

golpistas. O governo não tem dado prosseguimento nem mesmo para esta demanda elementar, preferindo passar pano pra golpistas e confiando no Supremo Tribunal Federal (STF) para frear o bolsonarismo. A manutenção do Centrão e da direita no governo, incluindo partidos com ligações com o bolsonarismo, como o União Brasil, cujo representante acaba de se recusar a ser ministro, só mostra como a política de Lula, de tentar conciliar os interesses dos ricos com os dos pobres, só tem beneficiado os próprios capitalistas e a direita.

MOVIMENTOS SINDICAL, ESTUDANTIL E POPULAR DEVEM SER INDEPENDENTES DO GOVERNO LULA!

Esses pactos com a burguesia não estão limitados apenas ao governo Lula. Também as centrais sindicais governistas, como a CUT e a CTB, assim como a União Nacional dos Estudantes (UNE), amarram nossas lutas às negociações parlamentares, enfraquecendo a mobilização real, que poderia romper com esse programa de retrocesso. Todo medo deste setor é que, hoje, qualquer reivindicação por direitos dos trabalhadores necessariamente se choca com o governo que é o administrador do capitalismo brasileiro. Por isso, preferem não mobilizar, já que assumiram o papel de sustentação do atual governo.

PARTICIPE DO “1º DE MAIO” INDEPENDENTE DOS PATRÕES E DO GOVERNO

Convidamos todos os trabalhadores, estudantes e ativistas para que, neste 1º de maio, se somem ao chamado da CSP-Conlutas e demais organizações que estão construindo uma mobilização diferente das centrais sindicais

tradicionais, que fazem palco para o governo ou para diferentes setores da burguesia, incluindo representantes da direita. Nosso “1º de Maio” terá como objetivo reforçar a luta independente da classe trabalhadora, em defesa de suas reivindicações e do fortalecimento das lutas em curso. Apresentamos um programa alternativo, revolucionário e socialista, de oposição de esquerda ao governo Lula, mas que, também, se enfrenta com a ultradireita e, assim, possa tirar o Brasil da crise, atendendo às demandas dos trabalhadores e derrotando os interesses dos grandes grupos capitalistas.■



Tarifaço é parte do plano de Trump para impor nova ordem mundial imperialista

 DA REDAÇÃO



Donald Trump no salão oval da Casa Branca | Foto: Casa Branca/Joyce Boghosian

Em 2 de abril, o mundo acordou estremecido pelo anúncio do “tarifaço” de Donald Trump. O governo do principal país imperialista, numa ação sem precedentes, impôs tarifas de importação, de forma generalizada, ao redor do planeta. O anúncio atingia nada menos que 185 países. Das Ilhas Heard e McDonald (territórios controlados pela Austrália e povoados por aves, focas e simpáticos pinguins) até, principalmente, a China. As tarifas variavam de um piso de 10%, impostos a países como Brasil e a Argentina, governada por Milei, a uma taxa inicial de 104%, aplicada à China, que retaliou e, como represália, teve sua tarifa aumentada para 125%.

Nos dias seguintes ao anúncio, mundo afora, a Bolsas de Valores (onde são negociados os

títulos financeiros, as ações de empresas etc.) despencaram. Isso porque os investidores e grandes monopólios financeiros, quando preveem que as coisas vão para o buraco, tratam logo de vender suas ações e correm para um “ativo” mais seguro. Ou seja, seja, fazem aplicações mais blindadas em relação às crises econômicas.

Normalmente, são os títulos do próprio Tesouro norte-americano. Agora, veja que interessante: caso ocorresse o que normalmente se espera, o dólar subiria com a alta da procura. Mas, aconteceu o contrário e os donos do dinheiro grande foram para o ouro.

AMÉRICA GRANDE DE NOVO?

Qual o plano de Trump?

O que está por trás do tarifação de Trump? Num discurso tão cínico quanto hipócrita, o chefe do principal imperialismo alega que os EUA foram, durante anos, “saqueados, violados e espoliados por nações próximas e distantes, tanto amigas quanto inimigas, sendo que o que ocorreu foi justamente o contrário.

Os EUA se firmaram como principal potência capitalista, na segunda metade do século 20, através do aprofundamento da rapina e da espoliação dos demais países. Seja através da exportação de seus produtos, quando ainda mantinham uma forte base industrial em seu território; seja através da exploração direta,

instalando empresas e formando grandes monopólios transnacionais, ou explorando diretamente recursos naturais, inclusive por meios militares.

Com suas empresas dominando a economia e explorando grande parte dos países periféricos, como o Brasil, os EUA se consolidaram como imperialismo hegemônico, não só do ponto de vista econômico, mas também político, militar e ideológico.

Isso deu base para que impusessem o dólar como a principal moeda de troca e reserva de valor. Desta forma, os EUA poderiam conviver com déficits crescentes (“prejuízos”, comprando mais que vendiam), pois tinham a maquininha de imprimir dinheiro nas mãos, sustentados pela exploração de todo planeta. O problema é que esse modelo se tornou insustentável, em função do crescimento da tendência parasitária da economia dos EUA, junto com a queda da taxa de lucro das multinacionais. Tudo isto agravado pela disputa com a China.

Para se ter uma ideia, o “déficit” norte-americano supera até mesmo seu próprio Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todas as riquezas produzidas no país). A inflação se tornou um problema, corroendo a renda de um país que, embora conviva com baixos índices de desemprego, enfrenta a crescente precarização do trabalho (num país sem sistema público de Saúde, é bom lembrar).

O discurso de Trump fala em uma suposta volta dos empregos industriais, que ficaram marcados

na lembrança dos norte-americanos pelos bons salários e pela estabilidade, embalando sua promessa em uma propaganda xenófoba e na perseguição aos imigrantes.

TRABALHADORES NA MIRA

Em meio a uma crise do capitalismo e a um processo de decadência dos EUA como principal potência imperialista, enquanto assiste o ascenso da China como potência imperialista emergente, Trump apresenta um plano para tentar tornar a “América Grande Novamente” (slogan de sua campanha, “MAGA”, na sigla em inglês), o que significará mais ataques aos trabalhadores de todo o mundo, um agravamento da disputa entre os setores burgueses e imperialistas e o aumento das tensões políticas e militares em nível mundial.

O objetivo anunciado por Trump é tentar reverter o déficit comercial, buscando, também, trazer as indústrias chaves (de altíssima tecnologia e alto valor agregado) de volta para os EUA. Mas, na verdade, visa principalmente tentar impor um freio contra o crescimento da China. Tenta redesenhar a atual divisão internacional do trabalho (a hierarquia e função dos países) e as cadeias globais de valor (o “caminho” que os produtos e o capital percorrem para sua valorização e reprodução) e, ainda, ganhar e controlar a disputa tecnológica.

INFLAÇÃO E PERSEGUIÇÕES

Num primeiro momento, o aumento de tarifas anunciado por Trump visa reduzir a dívida pública dos EUA, mas a medida pode gerar riscos

inflacionários. Os custos podem atingir empresas que importam produtos e, principalmente, os trabalhadores, com alta de preços e perda de poder de compra.

A medida integra um plano mais amplo que inclui cortes no Estado, isenções fiscais para ricos e ataques a serviços públicos contra os trabalhadores, os setores oprimidos, tensionando o próprio regime. Basta ver a incursão contra as liberdades democráticas que está sendo promovida contra as universidades ou a perseguição aos imigrantes, às pessoas transgêneras e aos ativistas em defesa da Palestina.

REORGANIZAÇÃO MUNDIAL A SERVIÇO DOS EUA

Embora de difícil aplicação, a ideia de Trump e seus assessores econômicos é tentar renegociar os títulos da dívida norte-americana, que vencem no curto prazo, com taxas relativamente altas para o padrão histórico, para títulos sem liquidez (que você não pode “transformar” em dinheiro na hora). Ou seja, que não poderiam ser compradas ou vendidas antes de um prazo de 100 anos e com juros baixíssimos.

Fica nítido que o projeto de Trump também é dar uma pancada em vários setores burgueses e imperialistas, incluindo aliados, como a Europa e o Japão. Mas, o alvo é, principalmente, travar a China, o imperialismo emergente, mais fraco, mas mais dinâmico, ainda que o custo imediato seja alto.

O objetivo também é sugar a riqueza dos

trabalhadores de todo o mundo, para pagarem a conta da disputa interimperialista. O entendimento desse setor burguês de ultradireita, que encabeça o governo, é que a velha globalização neoliberal dos últimos 40 anos, hoje, é um terreno que dá larga vantagem competitiva para a China. E, por isso, pretendem mudar a ordem mundial que, há algum tempo, já está em crise.

Trump diz de forma cínica que os demais países se aproveitam dos EUA. A realidade é que o imperialismo norte-americano se firmou através da rapina e da espoliação do mundo.

INSTABILIDADE

O projeto de Trump vai agravar as tensões e a crise capitalista

O plano de Trump tem várias contradições e pode gerar problemas para o próprio presidente e os EUA, além de agravar as tensões mundiais.

Lembra que a fartura norte-americana se mantém pela força do dólar? Para voltar a ser um exportador de produtos industrializados de alto valor agregado, Trump vai ter que forçar uma desvalorização da moeda e aumentar a especulação sobre a possível perda do status do dólar como reserva mundial. Para além disso, precisa garantir uma renegociação dos títulos da dívida do Tesouro, para prazos mais longo, e tem

tentado usar as tarifas para forçar isso. Hoje, Trump tem muito mais apoio em vários setores da burguesia dos EUA do que no seu governo anterior. Mistura representantes da velha burguesia, das grandes empresas industriais (siderúrgicas, extrativistas, petroleiras e setores do agronegócio) com a burguesia mais moderna e tecnológica, como das “big techs” e figuras como Elon Musk ou Zuckerberg, convertidos à cartilha trumpista.

O grande agronegócio de soja foi um dos mais afetados pela guerra comercial, com a China substituindo importações dos EUA pelo Brasil. Paralelamente, a Apple acelerou envios de iPhones da China para os EUA antes da vigência das tarifas, enquanto seu CEO, Tim Cook, negociava com Trump.

Grandes bancos, como o JP Morgan, já anunciaram uma recessão ou até uma nova depressão, como nos anos 1930. Tanto que, dias após o anúncio do tarifaço, Trump recuou e disse estar disposto a negociar com os países que não retaliassem suas taxas. As bolsas recuperaram parte das perdas (e é evidente que alguns “sabichões” embolsaram alguns bilhões) e, enquanto fechávamos esta edição, Trump anunciava uma redução temporária de 90 dias das tarifas acima de 10%, com exceção da China.

ALVO É O IMPERIALISMO CHINÊS

Mas, hoje, nenhum setor burguês dos EUA tem dúvida de que, se nada for feito, a China significa uma ameaça à hegemonia dos EUA no futuro. Assim, há importantes diferenças nos ritmos,

sobre quem vai pagar a conta, sobre como fazer e em que proporção, mas não há dúvidas entre eles de que precisam levar a cabo uma disputa imperialista com a China. Tanto é assim que mesmo o governo Biden não retrocedeu das primeiras medidas de guerra comercial feitas por Trump, em seu primeiro mandato.

Ou seja, o projeto de Trump apresenta riscos, tem custos e agravará a disputa dentro da burguesia dos EUA e mundial, mas manter tudo como estava também não é uma opção para grande parte desta mesma burguesia monopolista.

LUTA DE CLASSES, UM OBSTÁCULO A TRUMP

Os trabalhadores e trabalhadoras dos EUA (e mesmo da China) irão assistir, calados e parados, a tudo isso? Pelo crescimento das manifestações contra o governo Trump, parece que não.

Já houve, inclusive, o início de perda de popularidade de Trump. E os efeitos políticos das medidas podem ser muito profundos. Tanto as divisões intra e interimperialista como a combinação de lutas operárias, populares e dos setores oprimidos nos EUA podem derrotar os planos de Trump, antes mesmo de serem completamente efetivados.

O destino dos EUA dependerá da luta de classes. Ainda está em aberto se a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras conseguirá derrotar esses setores burgueses que, apesar de suas diferenças, sempre têm acordo em tentar fazer com que os trabalhadores paguem a conta da crise que o capitalismo imperialista criou.

COMO SEMPRE

Querem que os trabalhadores paguem a conta pela disputa interimperialista

Apesar da briga entre os diversos setores burgueses, os maiores afetados são sempre os trabalhadores, o povo pobre, os setores historicamente marginalizados e os países coloniais e semicoloniais. Isso porque, apesar de todas as disputas que têm entre si, todos estes setores têm acordo em seguir explorado os trabalhadores, para tentar impulsionar suas taxas de lucros e rapinar os países subalternos, como o Brasil.

Os EUA são o imperialismo hegemônico, implantados na maior parte do mundo e sugando as riquezas. A China começou este movimento nos últimos anos. Mas um dos grandes segredos do crescimento chinês é a altíssima exploração dos seus trabalhadores e, agora, a exploração de outros países.

Além da disputa comercial, o que está em jogo no mundo, para toda a burguesia, é como vencer a corrida tecnológica contra o outro setor e como aumentar, ainda mais, a exploração de todos os trabalhadores. Estes são os caminhos que os capitalistas se utilizam para tentar retomar suas taxas de lucro. Também há um crescimento das tensões militares, com um rearmamento do mundo, sinal da gravidade da atual situação do capitalismo.

Seja qual for o caminho submisso que os setores burgueses nacionais optem por apostar, e

independentemente do setor burguês imperialista que vença, a única certeza que temos é que os trabalhadores têm uma tarefa diante de si: lutar para que não sejam exatamente os mais explorados e oprimidos que paguem a conta desta disputa, já que até mesmo a luta por soberania nacional, em países semicoloniais como o Brasil, estará nas mãos da classe trabalhadora.

E mais: aproveitar este momento de maior instabilidade, no qual as contradições do capitalismo afloram, para demonstrar a necessidade de acabar com este sistema promotor de crises, guerras e convulsões sociais. Diante de cada tumulto no mercado, vemos o aumento das desigualdades. Quando a Bolsa sobe, significa que os capitalistas estão ficando mais ricos. Quando a Bolsa desce, significa a demissão, fome e miséria para os trabalhadores.

NÃO EXISTE IMPERIALISMO PROGRESSIVO OU “MENOS PIOR”

É vergonhosa a posição da maior parte da “esquerda”, que capitula a um dos dois campos burgueses imperialistas em disputa. Hoje, a maior parte da esquerda capitula à ascensão do imperialismo chinês, como se este fosse um setor antiimperialista. A China se opõe ao imperialismo estadunidense, mas para promover sua própria expansão.

Outros, insistem em ignorar que houve uma restauração capitalista na China. O acúmulo de capital concentrado e centralizado em monopólios chineses, apoiados pelo Estado, é tão grande que há uma pulsão imperialista evidente, que faz com que necessitem exportar

capitais e explorar partes do mundo.

Ao contrário do que apregoam setores da esquerda, o imperialismo chinês não é melhor, ou “menos pior”, que o estadunidense, pois não existe mecanismo capitalista e imperialista que não seja assentado na brutal exploração dos trabalhadores e dos países pobres. Basta ver a espoliação que a China promove sobre a África ou América Latina.

Há, ainda, quem veja a China como capitalista, mas se negue a ver o seu imperialismo. Então, o movimento dos monopólios capitalistas chineses, a exploração da BYD (gigante chinesa do setor automotivo) na Bahia ou o papel da China no domínio do setor elétrico brasileiro, têm qual caráter? Não é uma exploração imperialista? Se a China não é imperialista, sua economia estaria sujeita ao domínio de qual imperialismo? Dos EUA ou da Europa? Por que tanto estadunidenses quanto europeus estariam preocupadíssimos com o papel dos monopólios chineses?

Não caracterizar corretamente a China leva os trabalhadores a ficarem desarmados para enfrentar e lutar contra os diversos setores do imperialismo capitalista que hoje se enfrentam.



Donald Trump, presidente dos Estados Unidos | Foto: Divulgação

REORGANIZAÇÃO

Capitalismo em crise e a velha ordem neoliberal em xeque

A crise expressa pela eleição de Trump e pelo recente tarifaço revela algo muito mais profundo que uma instabilidade nos EUA. Expõe a crise do próprio capitalismo e o questionamento da “globalização”.

O capitalismo funciona através de ciclos de expansão e crises, determinados pela taxa média de lucros. Quando os lucros dos capitalistas aumentam, há novos investimentos e crescimento econômico. Mas, chega em determinado ponto que esses lucros se estagnam e caem, assim como os investimentos, provocando crises, até que um novo aumento da taxa de lucros permita um novo ciclo de crescimento.

Mas, além desses momentos de crescimento, queda e um novo crescimento, existem ciclos mais longos, de expansão e retração. O último ciclo mais longo de crescimento do capitalismo se deu justamente durante a “globalização”, nos anos 1980 e 1990. Foi uma resposta dos países imperialistas ao esgotamento do crescimento da economia mundial, pós-Segunda Guerra.

Suas bases foram os planos neoliberais, que previam um aprofundamento da exploração dos trabalhadores, através das privatizações e desregulamentação dos direitos trabalhistas, ou, ainda, dos planos de ajuste fiscal e do desmonte do Estado de Bem-Estar Social, como na Europa.

Para conseguir impor essa política, foi preciso arrebentar com o movimento sindical e minar a resistência da classe trabalhadora (que se deu aliado às traições de suas principais direções políticas e sindicais). A greve dos mineiros ingleses, de 1984, derrotada por Margaret Thatcher (então a primeira ministra britânica) se transformou num símbolo dessa política, ao lado da greve dos controladores de voo, esmagada pelo governo de Ronald Reagan, presidente dos EUA, em 1981.

CONSENSO DE WASHINGTON E GLOBALIZAÇÃO

Principalmente a partir dos anos 1990, o chamado “Consenso de Washington” aprofundou as políticas neoliberais, sob o comando e a supervisão de instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O livre-comércio (do imperialismo, no caso) e a livre circulação de capitais foram impostos a todo o mundo e a produção se tornou muito mais fragmentada e internacionalizada.

Desta forma, a “globalização” significou um salto na internacionalização da produção. Hoje, os grandes monopólios capitalistas, como a Apple, produzem em 30 países.

O PAPEL DA CHINA

A incorporação de centenas de milhões de trabalhadores industriais na China, com salários rebaixados e jornadas de trabalho acima da média mundial, elevou o grau de produtividade e lucro, e também exerceu uma brutal pressão sobre a classe trabalhadora mundial, nivelando por baixo a superexploração. Como concorrer com isso?

Foi desta forma que o país, neste período, se tornou a “fábrica do mundo”. A China inundava o planeta com produtos baratos e impulsionava os lucros de grandes monopólios capitalistas associados ao Estado. Mas também se tornava grande consumidora de matérias-primas, papel que o Brasil desempenhou, e vem desempenhando, e que foi determinante para a regressão do país a um exportador de matérias-primas.

O CICLO ATUAL

Depois da crise de 2007-2009, entramos num ciclo longo, de queda e decadência capitalista, o qual engloba frágeis períodos de crescimento e de recessão, como na pandemia. E, depois dessa última recessão, o mundo vive um ciclo curto de crescimento, polarizado entre EUA e China, com uma Europa essencialmente estagnada.

A grande novidade que vem se redesenhando (ou, ao menos, questionando a atual divisão internacional do trabalho) é a conjunção entre esse ciclo longo de crise capitalista, a decadência dos EUA como principal potência capitalista, e o ascenso chinês, como potência imperialista.

E O BRASIL?

Governo Lula e burguesia brasileira baixam a cabeça diante dos imperialismos

Se, lá atrás, os EUA impuseram o livre mercado para explorar ainda mais os povos; agora, a

guinada protecionista de Trump é, também, uma tentativa de manter e reafirmar os EUA como potência hegemônica, diante de sua decadência. Ao contrário dos países dominados e semicoloniais, como o Brasil, medidas protecionistas do imperialismo, como taxar produtos importados, não têm nada de progressivo. Seu resultado é aumentar, ainda mais, a dominação e a espoliação imperialistas, aprofundando seu caráter parasitário e sugando, ainda mais, as riquezas do mundo.

Diante do tarifaço de Trump, qual foi a reação da burguesia brasileira, principalmente do agro, e do governo Lula? Comemoraram o fato de que a tarifa não veio tão alta quanto se temia.

É como você levar um soco e agradecer que ele não foi tão forte assim. Simplesmente vergonhoso! E demonstração da completa e total submissão do Brasil frente ao imperialismo estadunidense (da mesma forma como é submisso à China, de quem o agronegócio depende).

Outros segmentos da burguesia, por outro lado, veem essa crise como uma “oportunidade”, que poderia abrir novos mercados diante do isolamento dos EUA. Só não contam que os chineses, impossibilitados de desovar sua produção no mercado estadunidense, não pensarão duas vezes em jorrar seus produtos no mercado brasileiro, se necessário, e destruir setores inteiros da indústria.

Como todo país capitalista, o interesse da China

não é estender suas mãos aos trabalhadores e ao povo pobre do mundo; mas, ao contrário, defender os interesses de seus monopólios e bilionários, à custa da exploração e da rapina. Ainda que sorrindo e parecendo gentil.

O interesse da China não é estender suas mãos aos trabalhadores e ao povo pobre; mas defender os interesses de seus monopólios e bilionários, à custa da exploração e da rapina.



Lula com representante da chinesa BYD | Foto: Ricardo Stuckert/PR

SAIBA MAIS

o que é imperialismo Chinês?

Confira o vídeo de Gustavo Machado, do canal Orientação Marxista, sobre o desenvolvimento do capitalismo chinês e seu caráter imperialista. ■

[CLIQUE AQUI](#)

1º DE MAIO

Ir às ruas contra os patrões e os governos, pelas reivindicações da classe trabalhadora

O PSTU participará dos atos classistas e internacionalistas convocados pela CSP-Conlutas, em unidade com outras organizações políticas, sindicais, estudantis e populares.

 DA REDAÇÃO



1º de Maio em São Paulo, 2024 | Foto: Maisa Mendes

A nossa tarefa é retomar o caráter de luta, classista e internacionalista do 1º de Maio. Nesse sentido, o PSTU atendeu ao chamado lançado pela CSP-Conlutas, de atos alternativos, organizados com independência de classe frente a todos os governos e patrões. Atos que unam as lutas que existem no momento, como a campanha pelo fim da escala 6×1 e as dos trabalhadores e trabalhadoras por aplicativos. Só assim retomaremos o real sentido da data, que é a mobilização independente contra a exploração capitalista e em defesa das reivindicações da classe trabalhadora. O oposto

do que fazem as grandes centrais sindicais, como Força Sindical e CUT, que organizam festas com shows e sorteios, com a presença de políticos burgueses e com o financiamento dos patrões.

INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

O 1º de Maio é do trabalhador. Dia de lutar por nossas reivindicações históricas, que se chocam com os governos e patrões. Por isso, temos que garantir a nossa independência de classe, como aponta o manifesto da CSP-Conlutas, frente a todos e quaisquer governos e aos patrões.

Contudo, as demais centrais, assim como a esquerda governista, não querem saber de lutar contra o Arcabouço Fiscal ou enfrentar o governo Lula na defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Algumas destas entidades, como a Força Sindical, farão suas tradicionais festas, com sorteios e políticos de direita. A CUT, assim como a Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular, tende a repetir o fiasco dos atos do ano passado que, apesar da justa pauta do “sem anistia”, não tratavam das demandas dos trabalhadores, como o fim do Arcabouço Fiscal e o aumento de salários, para enfrentar a inflação dos alimentos. Tudo isto justamente para não bater de frente com o governo Lula.

SEM ANISTIA PARA OS GOLPITAS!

Nos atos do 1º de Maio, vamos enfrentar a extrema direita, exigindo a prisão de Bolsonaro e de todos os golpistas. É preciso punição, para

que isso nunca mais aconteça.

Também é preciso enfrentar os governadores bolsonaristas e a ultradireita, inclusive no Congresso Nacional, com suas pautas reacionárias, que querem fazer retroceder os poucos direitos dos setores mais oprimidos, como as mulheres e as LGBTIs.

O governo Lula, porém, faz o contrário. Ao invés de lutar contra eles, faz parcerias com o governador reacionário de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), financiando, via Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), a privatização de escolas. Sem contar a base aliada do governo, cheia de direitosos, amigos do Bolsonaro.

Por isso, é preciso fortalecer uma oposição de esquerda ao governo Lula, como caminho para conseguirmos derrotar, de uma vez por todas, a ultradireita bolsonarista.

INTERNACIONALISMO

Outra marca que a classe trabalhadora precisa retomar é o seu internacionalismo proletário. É dia de denunciar o governo Trump e suas ameaças e perseguições. É o momento de denunciar o que está acontecendo com nossos irmãos e irmãs trabalhadores, que estão sendo mortos pela criminosa invasão colonialista russa na Ucrânia. E, também, cobrar a postura vergonhosa do governo Lula, de apoio a Putin.

É dia de levar as bandeiras da Palestina e lutar contra o genocídio em Gaza e, também, de exigir do governo Lula a ruptura total, de todas as

relações (econômicas, políticas, militares, culturais e acadêmicas) com o Estado terrorista de Israel.

BANDEIRAS

Ocupar as ruas por nossas reivindicações!

É PRECISO LUTAR POR:



Fim da escala 6×1, com redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários.



Aumento dos salários, com correção automática, no mesmo índice em que os preços dos alimentos aumentam.



Isenção do Imposto de Renda até os R\$ 5 mil, já, sem enrolação! Atualização geral da tabela, taxando progressivamente os super-ricos de verdade, principalmente as 200 maiores empresas e os bilionários que, hoje, não pagam impostos.



Combate à crise climática, que atinge principalmente os mais pobres. Os principais responsáveis são os grandes capitalistas que poluem, desmatam e exterminam os povos originários.



Fim da LGBTIfobia, do racismo, do machismo e todas as formas de opressão. Contra a violência machista, pela descriminalização e legalização do aborto seguro e gratuito, já!

Demarcação e titulação de todas as terras indígenas e quilombolas! Abaixo o Marco Temporal.

PARA GARANTIR NOSSAS REIVINDICAÇÕES, EXIGIMOS DE LULA:



O fim do Arcabouço Fiscal, que tira dinheiro da Saúde e da Educação para dar aos banqueiros.



Revogação das reformas Trabalhista e da Previdência.



Suspensão do pagamento da dívida pública aos banqueiros, com ampliação das verbas para a Saúde e a Educação.



Fim das privatizações e reestatização, sem indenização, das empresas, sob controle dos trabalhadores. Por uma Petrobras 100% estatal.



Imposto progressivo sobre o lucro e dividendos das 200 maiores empresas e seus bilionários capitalistas. Expropriação dos bancos, dos grandes monopólios capitalistas e do agronegócio, para garantir alimentos para o povo.



Reforma agrária já!

POR UM BRASIL E UM MUNDO SEM EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO

Vamos construir uma alternativa revolucionária e socialista para derrotar o sistema



Professora Flávia intervindo e outros momentos do 1º de Maio em São Paulo, 2024 | Fotos: Maisa Mendes

A classe trabalhadora é quem produz tudo o que existe e faz o mundo funcionar. Mas quem fica com toda a riqueza é um punhado de bilionários e não mais que 250 megas empresas e bancos, que controlam a economia e a política.

O que pode, de verdade, mudar tudo isso é a união, a organização e a luta unificada dos trabalhadores, da juventude, de todo movimento popular da cidade e do campo; junto com a construção de uma alternativa política socialista e revolucionária.

É fundamental, nesse 1º de Maio, reforçar a necessidade da construção de uma alternativa de classe, revolucionária e socialista, para que a classe trabalhadora possa lutar pelo que é seu,

por uma nova sociedade, sem exploração e opressão. Um país e um mundo socialistas!

O que pode, de verdade, mudar tudo isso é a união, a organização e a luta dos trabalhadores, da juventude, de todo movimento popular, da cidade e do campo; junto com a construção de uma alternativa política socialista e revolucionária.

SAIBA MAIS

Entre no portal do Opinião e veja a lista dos atos pelo Brasil

CLIQUE AQUI

UMA DATA DE LUTA

1º de Maio: memórias das lutas dos trabalhadores

Em muitos países, inclusive o Brasil, o dia 1º de maio é feriado. A data é conhecida como “Dia do Trabalhador”. Mas, o que muitos não sabem é que esse dia tem origem em uma longa história de lutas da classe trabalhadora por direitos. Uma história que, infelizmente, setores do movimento operário também tem tentado apagar.

O 1º de Maio surgiu como resposta à exploração

excessiva enfrentada pelos trabalhadores e trabalhadoras. No final do século 19, o desenvolvimento do capitalismo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, era sustentado graças à superexploração da classe trabalhadora.

Camponeses e trabalhadores independentes eram expropriados de seus meios de trabalho e jogados nas fábricas, onde não existiam leis ou regras de proteção ao trabalho. Operários — inclusive mulheres e crianças — chegavam a trabalhar mais de 16 horas por dia, com salários muito baixos e sem qualquer tipo de proteção. Diante disso, os trabalhadores começaram a se organizar. Criaram sindicatos, associações e partidos políticos, com o objetivo de lutar por melhores condições de vida e trabalho. E entenderam que essa luta não podia ser apenas local. Era uma causa comum a milhões de pessoas, em vários países, independente de suas nacionalidades.

Foi nesse contexto que, no dia 1º de maio de 1886, milhares de trabalhadores e trabalhadoras foram às ruas na cidade de Chicago (Illinois), no Norte dos Estados Unidos, para protestar e exigir a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias.



OS “MÁRTIRES DE CHICAGO”

Na época, os EUA, após o final da Guerra Civil (1861-65), em que o Norte industrializado do país derrotou o Sul agrário e escravista, garantindo o fim da escravidão, estavam entrando em uma fase de enorme desenvolvimento econômico, com um impressionante desenvolvimento industrial.

Neste contexto, milhares de imigrantes europeus chegavam, todos os anos, para trabalhar nas grandes fábricas, sendo Chicago o principal centro industrial do país. Lá, como na Europa, não havia leis de proteção aos trabalhadores que, impulsionados pelas suas associações, sindicatos anarquistas e socialistas, iniciaram uma grande luta pela limitação da jornada diária de trabalho em oito horas.

Uma grande manifestação foi marcada para o 1º de maio de 1886. E o que era para ser um protesto pacífico, entretanto, virou tragédia. A repressão foi brutal. A polícia abriu fogo contra a multidão e o número de mortos nunca pôde ser apurado. Além disso, líderes do movimento, a maioria deles imigrantes, como Albert Parsons, Georg Engel, Adolph Fischer, Louis Lingg e August Spies foram condenados à morte e enforcados. Outros, foram condenados à prisão perpétua ou a penas por longos períodos.

A repressão ao 1º de maio de 1886, em Chicago, foi o ponto alto de um processo de ataques aos trabalhadores nos grandes centros industriais da época. Se, por um lado, inexistiam leis de proteção ao trabalho; por outro, o capital contava com leis para impedir a organização dos

trabalhadores e trabalhadoras. Em muitos países, sindicatos e partidos eram proibidos ou fortemente controlados e quem tentasse organizar a classe operária era considerado criminoso.



Massacre dos operários de Chicago foi decisivo para a adoção do 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores

PROLETÁRIOS DE TODO O MUNDO, UNI-VOS!

A Internacional Socialista e o 1º de Maio

A repressão em Chicago virou símbolo da luta operária em todo o mundo. A primeira organização que tentou unificar a luta da classe operária em escala mundial foi a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), conhecida também como Primeira Internacional, fundada em 1864 por figuras como Karl Marx e Frederich Engels.

Mas, a AIT foi dissolvida em 1876. Contudo, o movimento não desistiu de lutar pela unidade dos trabalhadores de todo o mundo e foram iniciadas as discussões para o restabelecimento de uma nova organização Internacional. E ela foi fundada alguns anos depois, em 1889. Assim

nasceu a Segunda Internacional Socialista, sob fortes influências dos marxistas.

Entre as resoluções práticas do congresso que fundou a Segunda Internacional, estavam o apoio à iniciativa da “American Federation of Labour” (“Federação Norte-americana do Trabalho”), que pretendia realizar uma grande manifestação no dia 1º de maio de 1890, para lembrar a morte dos operários de Chicago. A Internacional aprovou uma resolução que instituiu a data como “Dia Internacional dos Trabalhadores”, cuja luta fundamental, na época, foi a defesa da jornada de oito horas.

Nascia, assim, o “1º de Maio”, como “Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores”, que se tornou uma grande manifestação internacional, com data fixa, de maneira que trabalhadores e trabalhadoras, em todos os países e em todas as cidades, ao mesmo tempo, se mobilizassem, reafirmando o internacionalismo proletário.

BRASIL

O desafio de resgatar a luta dos trabalhadores

No Brasil, o dia 1º de maio passou a ser uma data de luta já quando surgiram as primeiras lutas organizadas da classe trabalhadora, tal como a Greve Geral de 1917. Décadas depois, Getúlio Vargas, durante a ditadura do Estado Novo, transformou a data em um dia de festas, com desfiles e eventos públicos, renomeada como “Dia do Trabalho”, para tentar conquistar o apoio

da classe trabalhadora.

Mas, as organizações operárias mantiveram o caráter original e combativo da data e, nos anos 1980, o “Dia do Trabalhador” voltou a ser marcado por grandes manifestações e greves, especialmente a dos metalúrgicos do ABC Paulista, que se tornaram um símbolo da resistência à ditadura militar e da luta por melhores condições de trabalho.

Atualmente, um dos principais desafios para os que defendem o socialismo é preservar o caráter combativo e internacionalista que deu origem ao “1º de Maio”. Isso em um cenário marcado pela crescente adesão de setores do sindicalismo a práticas conciliatórias, muitas vezes alinhadas aos interesses patronais e do Estado capitalista. Em alguns casos, atos que deveriam simbolizar a luta dos trabalhadores acabam dividindo o palco com os inimigos das pautas da classe trabalhadora — tudo isso entre discursos, bajulações e sorteios de brindes. ■



Paulo Rigo, presente!



Com imensa tristeza, recebemos a notícia do falecimento do companheiro Paulo César Rigo, militante histórico do PSTU e da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), com uma reconhecida trajetória construída no Rio Grande do Sul e nacionalmente.

Paulo era o terceiro filho de uma família de cinco irmãos, entre eles Claudio Rigo, que também foi militante. Filho de Carlos Rigo, alfaiate, e Dona Zeli, dona de casa, Paulo começou a trabalhar muito cedo, aos 15 anos, como empacotador no Supermercado Zaffari, em Passo Fundo (RS). Também trabalhou no Hospital São Vicente de Paula, em uma cooperativa da cidade e no centro administrativo e de distribuição das Lojas Grazziotin.

Inicialmente, Paulo foi membro de um grupo católico, os Vicentinos, mas, ao ter contato com as ideias marxistas, em 1979, aderiu à Convergência Socialista, grupo que, após ser expulso do Partido dos Trabalhadores (PT), tornou-se uma das principais correntes

fundadoras do PSTU.

UMA VIDA DEDICADA À ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Paulo fez parte da Direção Nacional de nosso partido, sendo referência e destaque em nossa implantação sindical no país, conhecido nacionalmente pelos quadros sindicais revolucionários e socialistas, que formamos no decorrer de todos estes anos.

Paulo Rigo era, porém, mais do que tudo, um quadro revolucionário, trotskista, morenista e internacionalista convicto. Na década de 1980, foi para a Argentina, militando um breve período no país, onde conheceu Nahuel Moreno, fundador da Liga Internacional dos Trabalhadores, que foi sua referência até o fim da sua vida. Lá participou dos atos eleitorais do “Movimento al Socialismo” (MAS), partido que era membro da LIT. Atualmente, era dirigente do PSTU no interior do Rio Grande do Sul.

Em 1979, Paulo ingressou na Universidade de Passo Fundo (UPF), onde estudou Administração e História, não chegando a concluir os cursos devido ao seu intenso envolvimento nas atividades políticas. Também se destacou no enfrentamento à ditadura e na reorganização dos centros acadêmicos, do Diretório Central de Estudantes (DCE) e da União Estadual de Estudantes (UEE), ainda durante o regime militar.

Em 1984, foi eleito presidente do Sindicato dos Comerciários de Passo Fundo, após uma eleição que mobilizou amplos setores da esquerda para derrotar os pelegos que dirigiam a entidade. Sob

sua liderança, o sindicato tornou-se referência na região, liderando diversas greves e impulsionando outras oposições sindicais que, além de derrotar os pelegos, fundaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no planalto médio gaúcho.

Paulo ainda teve papel fundamental na organização das oposições sindicais em diversos setores e regiões do Rio Grande do Sul, como comerciários, bancários, metalúrgicos, trabalhadores da alimentação e dos transportes, além de liderar a resistência contra a abertura do comércio aos fins de semana, na Federação dos Comerciários.

UM TRIBUNO DA REVOLUÇÃO

Em 1988, foi eleito vereador em Passo Fundo, pelo PT, partido do qual a sua corrente, a Convergência Socialista, naquela época, fazia parte e, em 1992, concorreu ao cargo de prefeito. Paulo também atuou em cidades como Santa Maria, Cruz Alta e Caxias do Sul, sendo um dos fundadores da Convergência Socialista, no PT, e CUT, na região.

Após um período de afastamento das atividades políticas, retornou cumprindo importante papel nas lutas do Sindicato dos Comerciários de Santa Cruz do Sul e na organização da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), da qual, atualmente, era diretor estadual. Dirigente do PSTU-RS, deixou um legado de lutas e dedicação à causa dos trabalhadores. Em toda a sua trajetória, esteve ligado à construção do PSTU e da Liga Internacional dos Trabalhadores.

Paulo Rigo será sempre lembrado por sua coragem, determinação e compromisso com a luta e organização da classe trabalhadora, com a construção da LIT e do PSTU.

PRESENTE!

Martins, até o socialismo, sempre!

Mais uma perda irreparável se abateu sobre nós nos últimos dias. Trata-se de um economista marxista sério, que se dedicou à divulgação de Marx e à análise concreta da economia mundial, em base aos ensinamentos marxistas. Zé Martins, como era conhecido, foi parte do “Núcleo Popular 13 de maio”, que, por muitos e muitos anos, deu formação marxista para os ativistas. Ultimamente, ele se dedicava às análises da economia mundial, no que era uma referência séria, em meio a tantos charlatões.

Mesmo centrado nas análises econômicas, Martins não se deixou levar pelos apelos dos governos petistas, mantendo-se independente do curso adesista de grande parte da esquerda brasileira.

Zé Martins foi parceiro em vários debates sobre economia mundial, sempre com uma opinião fundada em seu acúmulo sobre a teoria marxista e na análise concreta da evolução da economia, centrada na produção industrial norte-americana e na taxa de lucros.

Perdemos um intelectual humilde, uma figura humana admirável, um economista marxista que vai fazer enorme falta nesses tempos em que vivemos.■

A QUEM SERVE?

Por que a PEC da Segurança de Lula é um ataque racista à periferia?

 ISRAEL LUZ,
SÃO PAULO



Ministro da Segurança e Justiça Pública, Ricardo Lewandowski, e Lula | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Faz tempo que os governos capitalistas descobriram uma receita certa para melhorar sua popularidade: encontre um alvo, transforme-o em inimigo nacional e una o país na guerra para derrotá-lo.

No Brasil, os burgueses sempre miraram o inimigo interno. É como diz a canção “Negro drama”, dos Racionais MC’s: “Desde o início, por ouro e prata / Olha quem morre, então / Veja você quem mata / Recebe o mérito a farda que pratica o mal / Me ver pobre, preso ou morto já é cultural”.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança, encaminhada no dia 8 de abril pelo

governo Lula ao Congresso Nacional, não muda esse roteiro. Não é a primeira vez, neste mandato, que Lula aposta na militarização contra a classe trabalhadora. Em dezembro de 2023, ele assinou a Lei Orgânica das Policiais Militares e Corpos de Bombeiro. Como veremos a seguir, no que depender do governo federal, o povo trabalhador que, simbolicamente, subiu a rampa, continuará, literalmente, descendo à cova.

ENTENDA O PROJETO

O que o governo planeja?

O objetivo declarado da proposta é definir o papel da União, ou governo federal, nas questões de segurança pública e defesa social, incluindo o sistema penitenciário.

A justificativa é a constatação de que houve uma mudança no perfil da criminalidade desde 1988, ano em que Constituição atual passou a valer. Hoje, as redes criminosas deixaram de ser a e se coordenam entre os estados e com organizações de fora do país.

Para isso, propõe constitucionalizar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); criar o Fundo Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e ampliar as funções da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Prevê, ainda, atribuir papel de polícia às guardas civis municipais, algo coerente com uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em fevereiro.

DEBATE ANTIGO

O debate sobre a necessidade de coordenação nacional da segurança pública não é novo. A Lei do SUSP, por exemplo, é de 2018. Mas, desde os governos FHC (1995-2002), mudanças nesse sentido esbarram na falta de vontade política das próprias gestões federais e na resistência de políticos e corporações nos estados.

GOVERNOS ESTADUAIS

De fato, desde 2024, as polêmicas entre governo federal e governos estaduais têm como pano de fundo um debate sobre “quem manda em quê”. Os governadores, responsáveis pelas polícias militares e civis nos estados, temiam perder espaço na gestão da repressão.

Tanto é que, na versão atual da PEC, foram retirados os trechos que pudessem dar a entender qualquer coisa nesse sentido. Após negociações, hoje, somente Ronaldo Caiado (União), governador de Goiás, mantém oposição à proposta. Dado revelador é que entre os secretários de segurança dos estados, o que inclui gente como Guilherme Derrite, de São Paulo, há um consenso em torno da PEC.

MAIS OSTENSIVIDADE E VIOLÊNCIA

Sobre o Fundo Nacional, a questão que se destaca é a da destinação dos recursos. Como a PEC mantém integralmente a estrutura das polícias brasileiras, é razoável pensar que possíveis incrementos nos investimentos serão no sentido de mais violência policial e encarceramento em massa.

Em relação ao papel da PF, a PEC formaliza o

combate às milícias e organizações criminosas, com atuação interestadual e internacional e nos crimes ambientais, algo que não é novo. Amplia, ainda, as atribuições da PRF, transformando-a na Polícia Viária Federal, de caráter ostensivo e responsável, para além das estradas, pelo policiamento em portos e ferrovias, ficando também disponível para auxiliar a PM e a Civil nos estados.

Sobre esse último ponto, em entrevista ao jornal “Folha de S. Paulo”, em 11 de janeiro passado, Adilson Paes (especialista em direitos humanos e autor de “Guardião da cidade: reflexões sobre casos de violência praticados por policiais militares”) e Gabriel Feltran (pesquisador sobre violência nas periferias e professor no Instituto de Estudos Políticos de Paris) observavam, com razão, que a ênfase na ostensividade vem de mãos dadas com a militarização de uma força que, até pouco tempo atrás, se mostrou profundamente bolsonarizada e esteve envolvida em casos como o assassinato de Genivaldo de Jesus Santos, na câmara de gás improvisada no porta-malas de uma viatura.

Por fim, a proposição na PEC de criar ouvidorias e corregedorias autônomas em relação às polícias poderia representar um avanço no controle público das forças. No entanto, mesmo onde existem e chegam a ter papel relevante, os limites de atuação destes órgãos estão dados pelo poder real de governadores, dispostos trocar vidas por votos.

O sistema policial brasileiro é caracterizado por ter duas polícias: uma que investiga, a Civil, e a outra que policia as ruas cotidianamente, a Militar. Assim, de um lado, a PM mata cada vez mais, sem aumentar a segurança, e, de outro, a Civil elucida só quatro em cada 10 homicídios.a

RAÍZES DA CRISE

Segurança pública: uma estrutura falida

Já dissemos que a PEC não toca em questões estruturais. A exatamente o que estamos nos referindo?

O sistema policial brasileiro é caracterizado por ter duas polícias: uma que investiga, a Civil, e a outra que policia as ruas cotidianamente, a Militar. Esse arranjo, nascido na ditadura, fragmenta a atividade policial, tornando-a ineficaz até nas tarefas que a lei burguesa prevê. Assim, de um lado, a PM mata cada vez mais, sem aumentar a segurança, e, de outro, a Civil elucida só quatro em cada 10 homicídios, segundo dados de 2022 do Instituto Sou da Paz.

Mas não podemos dizer que, no geral, essas forças são ineficientes. Seu papel, especialmente no caso da PM, é impor um regime de medo permanente, não sobre os criminosos, mas sobre a população como um todo.

Só isso explica ações como a dos policiais que agrediram uma mulher grávida de oito meses no interior de São Paulo e executaram seu marido, quando ele tentou defendê-la. Só isso explica a morte de uma criança de quatro anos, em Santos (SP), pelas mãos de um soldado. Que risco à sociedade essas pessoas poderiam representar?

Outra característica estrutural é a corrupção das forças policiais. Do jogo do bicho às milícias e ao tráfico de drogas, são incontáveis os casos de participação de agentes públicos em atividades que supostamente deveriam combater. Sem falar nos serviços privados de proteção e na prática de formação de grupos de extermínio, que vem desde a década de 1960.

FALTA DE CONTROLE PÚBLICO

Isso nos leva à falta de controle público. Todas as vezes em que essa questão é levantada, representantes da cúpula das corporações se mostram contrários.

A autonomia das polícias anda de mãos dadas com a militarização: para convencer uma maioria de negros e negras a massacrarem seu próprio povo, a hierarquia, a disciplina e a lavagem cerebral são indispensáveis. Vale dizer que esse funcionamento de exército vai na contramão, inclusive, do que apontam pesquisas de opinião junto às camadas mais baixas da PM.

ENCARCERAMENTO

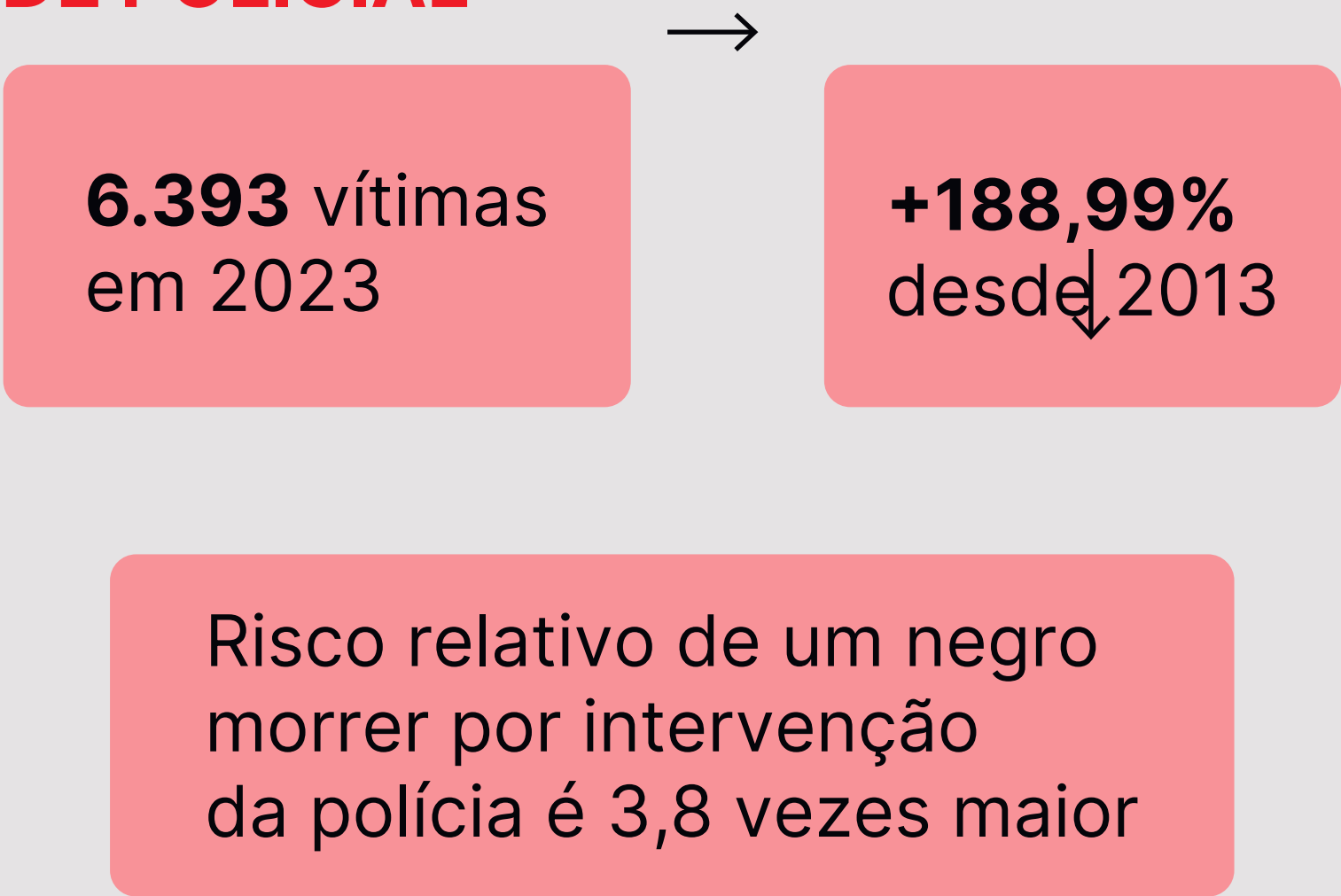
Finalmente, intimamente ligado a isso tudo, está o superencarceramento. A despeito do senso comum, que aponta a impunidade como a regra no Brasil, ano após ano, só aumenta o número de

pessoas presas, especialmente homens negros jovens, mas também um número cada vez maior de mulheres.

Fica a pergunta: Se a população carcerária é cada vez maior, como é possível continuar acreditando que se, simplesmente, prendermos mais gente, vamos resolver a questão da insegurança? Isso não tem lógica.

Aliás, é fato comprovado que as organizações capitalistas do crime levam uma grande vantagem com essa dinâmica, pois os presídios se tornam centros de recrutamento. O resultado é exatamente o inverso do discurso das autoridades e militares de alta patente.

LETALIDADE POLICIAL



PERFIL DAS VÍTIMAS



Anuário da Segurança Pública (2024)

ABUSO E ILEGALIDADE

Estado dos ricos dá seu recado

A PEC da Segurança tem uma importância estratégica para Lula: embora seus efeitos não devam ser imediatos, ela pode ser usada politicamente, como exemplo de iniciativa do governo no terreno que, hoje, mais preocupa a população. Com aprovação do governo em baixa, por um lado, e a extrema-direita já acostumada a usar a pauta para eleger seus candidatos, por outro, com esta medida, o PT está olhando para 2026.

Não é acidental que a proposta seja lançada no mesmo momento em que o STF retrocede na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) das Favelas, que previa medidas de proteção a moradores dessas regiões do Rio. Nem que prefeitos, em todo o país, se assanhem em criar polícias próprias, baseados na decisão do Supremo, e governadores (do PL ao PT) sigam firmes na rota do massacre popular.

O Estado burguês se mexe para mostrar “solidariedade” com a demanda por segurança. Só o que consegue, no entanto, é, mais uma vez, nos lembrar que como tudo, as palavras têm significados completamente diferentes para os poderosos e para nós.

E QUAL É O NOSSO RECADOS?

Apesar dos relatos de violência policial e judicial do Estado serem chocantes, há um problema incontornável: ainda precisamos convencer a base dos nossos sindicatos, movimentos sociais,

vizinhos, amigos, enfim, a classe trabalhadora, de que é urgente superar o atual modelo.

Embora os principais alvos sejam pessoas negras, indígenas e um crescente número de imigrantes (da África, América Latina e Caribe), persiste a ideia de que o Brasil é uma democracia racial. Assim, nossos irmãos de raça e classe não se veem como parte de uma coletividade atacada em seu conjunto: um ataque ao filho da minha vizinha ainda não é (para muitos) um ataque ao próprio filho.

Para avançar nestas tarefas é central amplificar as denúncias. Cada exemplo concreto tem o potencial insubstituível de gerar solidariedade entre os nossos. Há muitos movimentos gritando contra os abusos, em geral liderados por mulheres trabalhadoras e não-brancas.

Essa percepção também deve resultar em organização nas periferias e locais de trabalho. Tal reunião de forças é fundamental para ampliar nossa capacidade de ação e de nos protegermos.

AUTO-ORGANIZAÇÃO COLETIVA E PROTEÇÃO

Enquanto não mudamos as atuais estruturas, vamos combinar de nos manter vivos? Para isso é fundamental criar grupos de zap da vizinhança, filmar abordagens violentas, sem se expor, juntar as pessoas para acompanhar enquadros ou baculejos abusivos, entre outras possibilidades de autodefesa.

Toda essa articulação deve pautar o que nenhum governo faz: a desmilitarização da segurança

pública, não só da PM. É preciso desmontar toda a máquina de moer carne que vai da rua até os tribunais.

Não faremos isso sem tirar das mãos dos poderosos as armas que, hoje, nos matam e a caneta que assina as leis que legitimam essa ordem racista e capitalista. Por nós, só nós.

SÃO PAULO

Campanha pela demissão de Derrite é lançada

Movimentos sociais começaram a articular o manifesto “Fora, Derrite! Tarcísio é inimigo do povo. Chega de racismo e mortes nas periferias de todo o Brasil!”. Entre os primeiros signatários estão movimentos como “Os 9 que perdemos” (de familiares de vítimas do Massacre em Paraisópolis), o Luta Popular, o Comitê Brasilândia Nossas Vidas Importam, familiares de vítimas de várias partes do Brasil, dentre outros. O lançamento está marcado para 26 de abril, às 16h, na sede nacional da CSP-Conlutas. ■



Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e seu Secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite | Foto: Divulgação

MOVIMENTO ESTUDANTIL

UNE: Enfrentar os ataques do governo Lula e a extrema direita

 REBELDIA – JUVENTUDE DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA



Militantes do Coletivo Rebeldia

Nos dias 17 e 18 de abril, ocorreu o Conselho Nacional de Entidades Gerais da União Nacional dos Estudantes (Coneg-UNE), convocado para preparar o 60º Congresso da entidade nacional dos estudantes universitários. O desafio no Coneg, que também será o do Congresso da UNE (Conune), foi a necessidade de superar o projeto político da direção majoritária da entidade.

A LUTA CONTRA O GOVERNISMO DA DIREÇÃO MAJORITÁRIA

A atual maioria da direção nacional, conhecida como “Majoritária”, é a reprodução da Frente Ampla no movimento estudantil, composta pela União da Juventude Socialista (UJS, dirigida pelo

PCdoB), coletivos do PT, militantes do Levante Popular da Juventude e agrupamentos vinculados a partidos como o PDT, o PSB e a Rede Sustentabilidade, dentre outros.

Juntos, defendem o governo e suas medidas e, por isso, não organizam a base dos estudantes para se enfrentar contra os ataques, como, por exemplo, aconteceu na greve das federais contra o Arcabouço Fiscal. São responsáveis não só pelo imobilismo nas lutas, mas também por preparar a derrota política das novas gerações. É o que se percebe em relação à luta contra a anistia de Bolsonaro e demais golpistas. A direita avança para anistiar os envolvidos no 8 de Janeiro, com votos garantidos até na base aliada de Lula. O Centrão, tratado como “aliado necessário” pela Majoritária, é peça-chave para blindar os golpistas. Enquanto isso, até dirigentes do PT defendem redução de penas, em vez de mobilizar por punição. Mas o governo não é refém de um “setor mal”, como a Majoritária diz. Está executando seu projeto de conciliação de classes, que acaba por reabilitar a extrema direita.

A ADAPTAÇÃO DA “JUVENTUDE SEM MEDO” AO GOVERNISMO

A “Juventude Sem Medo” (JSM), composta por correntes como Afronte, Rua, Fogo no Pavio, Manifesta e Travessia – todas elas vinculadas à ala majoritária do PSOL – caminha, a passos largos, para se incorporar à Majoritária.

Hoje, o Afronte (vinculada à corrente Resistência/PSOL), inclusive, teoriza que quem

estiver fora da unidade com a Majoritária está fortalecendo a extrema direita. É a mesma justificativa dos setores dirigentes do PSOL para se subordinarem ao PT e ao governo.

Nós, do Rebeldia, defendemos toda unidade na luta. Mas, a JSM não diz nada sobre a Majoritária não ter construído a luta unitariamente na greve das federais e, inclusive, fez parte do boicote à proposta do Rebeldia, no Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb/UNE), de fevereiro, que defendia a incorporação da entidade ao ato nacional pelo fim da escala 6×1.

Em outras palavras, o que a JSM quer é a unidade com o governo e seus aliados. Já a nossa proposta de unidade é com a classe trabalhadora, contra o Centrão e os bilionários, e construída nas lutas e nas ruas.

CONGRESSO

Pela unificação da Oposição de Esquerda

No Coneg, fizemos um chamado ao Juntos (vinculado ao Movimento Esquerda Socialista, MES/PSOL), à União da Juventude Comunista (UJC) e à Correnteza (Unidade Popular) para debatermos a construção de um campo de oposição na UNE.

Avançamos ao estabelecer relações políticas com outras organizações, essenciais para fortalecer o movimento estudantil, apesar de divergências programáticas. A principal crítica é

que seus projetos de “esquerda” não rompem com a conciliação de classes, como o petismo no Brasil. Porém, sem abrir mão de análises próprias, é possível construir unidade contra o Arcabouço Fiscal, por políticas de permanência e em defesa da educação – um passo importante para o movimento.

Mas fomos surpreendidos pela postura do Correnteza, que nos impediu de fazer parte dessas articulações, enfraquecendo o campo de oposição. O Correnteza precisa ser consequente na luta contra a Majoritária. E, por isso, também, chamamos os setores a batalharem pela unidade Oposição de Esquerda.

DEMOCRACIA NA UNE

A Majoritária no Coneg aprovou aumento da taxa para observadores no Congresso da UNE (até R\$ 450), uma medida absurda que vai limitar o acesso. Eleições online sem fiscalização também foram aprovadas, gerando temor a fraudes. Em resposta, a Oposição apresentou uma Carta por mais democracia na entidade, um importante instrumento de batalha. A luta agora é contra o “vale-tudo” da gestão atual e por um movimento estudantil mais transparente.

FAÇA PARTE!

Rebeldia lança campanha contra Lemann no MEC os bilionários da Educação

O setor privado concentra a maioria das matrículas no ensino superior, e, em 2025, o ensino a distância (EaD) ultrapassou o presencial pela primeira vez. Enquanto os “tubarões da educação” lucram bilhões, a rede pública sofre com cortes de verbas impostas pelo Arcabouço Fiscal e com políticas do Ministro Camilo Santana (PT), como o Novo Ensino Médio (NEM). A situação se agrava com a presença de um dos maiores bilionários do país no MEC, indicado pelo governo Lula. Para combater o domínio das grandes empresas do setor e defender mais investimentos na educação pública, foi lançada uma campanha nacional por uma escola única, sem vestibular, para filhos da classe trabalhadora e da elite.■



Junte-se à luta! Envie uma mensagem no Instagram (@rebeldia.rebeldia)

CLIQUE AQUI

“Temos que aprovar greve geral da Educação contra os ataques do Tarcísio”

 ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO



Professora Flavia, militante do PSTU e coordenadora da Apeoesp - Subsede Oeste/Lapa | Foto: Maisa Mendes

No próximo dia 25, os professores da rede estadual de São Paulo irão paralisar contra o projeto de privatização e militarização das escolas, que vem sendo imposto pelo governador bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos). O Opinião Socialista conversou com a professora Flávia Bischain, que é militante do PSTU e ativista do Coletivo Reviravolta na Educação, de oposição à direção majoritária da Apeoesp (sindicato da categoria). Flávia também é coordenadora da Apeoesp – Subsede Oeste/Lapa e integra a Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas.

Na entrevista, a Professora Flávia pontuou os

ataques do governador à Educação, ressaltou com o Coletivo Reviravolta na Educação vem construindo a greve no chão das escolas, defendeu a construção de uma greve geral do setor para derrotar Tarcísio de Freitas, contra a proposta de greve por 24 horas, apresentada pela direção majoritária da Apeoesp. Flávia finalizou chamando a unidade da categoria para ir à luta e obter uma vitória. Leia a entrevista abaixo:

Quais são as reivindicações dos professores e professoras?

A pauta central da greve é a luta contra a privatização e a militarização das escolas. O Tarcísio quer impor, goela abaixo, o projeto de militarização, fez uma consulta pública completamente controlada pela Secretaria de Educação, sem transparência, e a apuração sequer foi divulgada. É um projeto que vai aumentar o autoritarismo e o controle do governo sobre as escolas.

Como a militarização se combina com o projeto de privatização?

Com o controle autoritário das escolas, o governador vai avançar com o processo de privatização, que favorece seus amigos empresários da Educação. Ele conseguiu derrubar, na justiça, a suspensão dos leilões que privatizam a gestão e a construção de 33 escolas. Em novo edital, anunciou a privatização de mais 143 escolas.

Quais são as condições de trabalho sob o governo Tarcísio?

A privatização e a militarização se combinam com o avanço da precarização das condições de trabalho. O governador não paga o Piso do Magistério e busca manobras para seguir com essa situação. Publicou um decreto anunciando um abono complementar para quem recebe abaixo do piso. Assim, transformou o piso em teto salarial, nivelando todos pelo salário mais baixo, não levando consideração o tempo de serviço e nem a formação de cada professor.

Nesse sentido, a luta é em defesa do conjunto da Educação?

Isso. Não é uma luta apenas pela pauta econômica, o que já seria uma luta justa. Mas é uma luta contra um projeto reacionário de educação. Estamos em uma situação em que a escola virou uma bomba relógio. Os alunos não estão aprendendo nada com as plataformas digitais, com conteúdos controlados por setores empresariais. Os professores estão frustrados porque não conseguem ensinar. A platformização se apoia no Novo Ensino Médio (NEM), mantido pelo governo Lula, que incentiva a educação mediada por tecnologia. Isso se combina com fechamento de salas de aulas, com o turno noturno e com as turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Como está sendo construção da greve e a postura da direção da Apeoesp nesse processo?

Nós, do Coletivo Reviravolta na Educação, estamos construindo a greve no chão das escolas. Estamos chamando os professores e professoras a participarem da assembleia, no dia 25 de abril, e votarem a greve por tempo indeterminado. A direção estadual da Apeoesp, que é ligada à CUT, à Articulação Sindical do PT e ao PSOL, defendeu e aprovou apenas uma greve de 24 horas, o que é insuficiente para derrotar os ataques do governador Tarcísio.

Como a categoria está muito insatisfeita com tudo o que vem sofrendo, avaliamos que é possível realizarmos uma assembleia grande e impor uma greve de verdade. Só assim, com uma greve forte, por tempo indeterminado, de forma unitária, com os estudantes e com outras categorias em luta, como os professores municipais, poderemos derrotar o projeto reacionário, neoliberal, capitalista do governo de São Paulo.

Sabemos do desafio que temos, porque a categoria está fragmentada e dividida pelo governo. Temos que unificar a categoria em cima das pautas reivindicatórias, como a efetivação dos contratados e a garantia dos direitos iguais a todos os professores e professoras. Estas são questões que nós,

da oposição, sempre defendemos em todos os espaços e fóruns do Sindicato. Agora, vamos levar essas bandeiras para nossa greve.

Qual o recado que você deixa à categoria?

O recado que deixo é que, embora os desafios sejam grandes, com a divisão da categoria imposta pelo governo, eles não são intransponíveis. Temos dois exemplos importantes e recentes.

O primeiro, a luta dos indígenas e professores do Pará, que impuseram uma derrota ao governador Helder Barbalho (MDB) e secretário Rossieli, que é ex-secretário de Educação de São Paulo, impondo a revogação de uma lei aprovada contra a Educação Indígena e a carreira dos professores.

O outro exemplo é a luta dos trabalhadores de aplicativos, os entregadores, que, apesar de não terem estabilidade, realizaram recentemente uma forte greve nacional de dois dias.

Temos que seguir esses exemplos e construir uma forte greve geral da Educação. Temos que exigir da direção da Apeoesp que leve essa luta até o fim e não desvie da nossa pauta, em nome de acordos políticos com a Frente Ampla. Não se pode priorizar os acordos no parlamento em detrimento da luta e dos interesses dos trabalhadores.■

SÓ DESENHOS?

Animes também denunciam injustiças e tensionam questões sociais

 MATHEUS KARL,
DE ITAJAÍ, (SC)



Cena de Akira, clássico Animê dos anos 80 | Fonte: reprodução

Olhos grandes, cabelos estilizados, poderes incríveis e muita cor: assim são os animes, animações produzidas no Japão, com estilos visuais bem característicos. Eles abrangem diversos gêneros, como ação, drama e ficção científica. Dragon Ball, Cavaleiros do Zodíaco, Pokémon, Naruto e One Piece são, geralmente, as primeiras a serem lembradas. Diferente dos desenhos ocidentais, os animes costumam tratar temas complexos, atingindo tanto o público infantil quanto o adulto.

A narrativa típica dos animes envolve protagonistas jovens que enfrentam missões impossíveis, superando desafios através de altruísmo e dedicação, enquanto o mundo é

ameaçado por forças malignas. Essa estrutura reflete aspectos da história japonesa, marcada por períodos de guerra e modernização e, também, serve como veículo para crítica social.

GUERRA E TRAUMA: A HISTÓRIA JAPONESA

O Japão passou por intensa modernização durante a Restauração Meiji, por volta de 1860, quando o país se industrializa e começa a exercer um imperialismo agressivo na Ásia, durante a Segunda Guerra Mundial.

O imperador Hiroito, aliado de Hitler e Mussolini, era venerado como descendente de deuses e liderou o Japão em práticas genocidas durante a Segunda Guerra. Após intensos bombardeios, os EUA lançaram duas bombas atômicas em 1945, matando mais de 200 mil pessoas.

O impacto foi devastador e marcou o mundo com o terror nuclear. No entanto, o Japão reprimiu esse trauma histórico. Com o apoio dos Estados Unidos, a dinastia imperial se manteve no poder. Até hoje, o país não reconheceu oficialmente seus crimes de guerra.

Da forma semelhante, os animes escondem temas e eventos graves, por baixo de uma máscara de fofura e doçura. Os eventos históricos deixaram marcas nas narrativas dos animes, onde poderes explosivos e ameaças constantes são comuns.

CRÍTICA SOCIAL NOS ANIMES

Você já deve ter visto um anime com robôs gigantes em lutas épicas — esse é o gênero “mecha”. Lançado em 1995, Neon Genesis

Evangelion, de Hideaki Anno, vai além da ação e mergulha em temas como depressão e alienação. O protagonista, Shinji Ikari, é forçado a pilotar um robô sem preparo, refletindo a pressão sobre jovens japoneses. Sua frase “Eu não posso fugir” virou símbolo dessa cobrança. A relação com seu pai representa o autoritarismo em casa e na escola. Shinji literalmente foge de suas responsabilidades, apenas para retornar às batalhas, por sentir que não tem alternativa. Um paralelo direto com estudantes que não veem outra opção além de se conformar às expectativas acadêmicas, profissionais e sociais. Publicado como mangá (1982–1990) e adaptado ao cinema em 1988, Akira, de Katsuhiro Otomo, revolucionou o visual da animação e trouxe forte crítica política. Ambientado em uma Neo-Tóquio pós-catástrofe, o filme aborda o militarismo, a repressão e os efeitos do crescimento urbano descontrolado. Gangues de motoqueiros, experimentos com crianças e violência policial, mostram como Otomo questiona o milagre econômico japonês, ao escancarar suas consequências sociais: uma juventude alienada e uma elite política corrompida pelo poder.

Lançado recentemente, Chainsaw Man é um exemplo de como os animes atuais mantêm forte crítica social. O protagonista, Denji, um trabalhador explorado e precarizado, realiza tarefas ingratas, estigmatizadas e perigosas para sobreviver: elimina demônios que vagam o mundo buscando sangue humano. A trama remete à exclusão dos Burakumin, grupo historicamente marginalizado no Japão por lidar com sangue e morte. Após ser traído e morto pelo patrão, Denji renasce e vira uma arma

controlada pelo Estado, que o transforma em um “cão” a serviço do governo. Ao longo da história, revela-se que a guerra contra os demônios é mantida por interesses políticos e econômicos, criticando a exploração do trabalhador e a manipulação estatal.

DISPUTA DE NARRATIVA

Extrema direita e a distorção das narrativas

Obras como Neon Genesis Evangelion, Akira e Chainsaw Man fazem duras críticas à opressão social, à guerra, à exploração e à marginalização. No entanto, grupos de extrema direita no Brasil têm se apropriado dessas narrativas, muitas vezes distorcendo seus significados originais para reforçar discursos conservadores ou autoritários.

Canais de extrema direita comentam animes e distorcem suas mensagens, atraindo jovens que se identificam com protagonistas em busca de redenção. No Brasil, os animes não são apenas um fenômeno cultural, mas também reflexo de aspirações e desafios enfrentados por uma geração que busca redenção nas jornadas desses heróis fictícios, enquanto navega suas batalhas cotidianas.

Jovens se veem nos personagens que enfrentam pobreza, violência e solidão. Denji, Tanjiro e Jin-woo refletem a luta diária por dignidade, conforto e superação diante de um mundo implacável.

O discurso da extrema direita subverte o real inimigo das tramas, canalizando o ódio dos jovens para alvos ilusórios. Escondem os conflitos sociais, para ressaltarem a masculinidade, o cinismo tóxico e a violência como saída individual. Ou, em suas vertentes mais fascistóides, inventam teorias mirabolantes da conspiração, para explicar o que é facilmente entendido por meio da análise da sociedade capitalista.

Propagandistas fascistóides transformam o isolamento social da juventude e a dissolução da família em conspirações de “globalistas”. Ignoram as causas reais, como o desemprego, a especulação imobiliária e a exploração que geram esses fenômenos. O que a extrema direita faz é mentir para os jovens, dizendo que estão abertos para eles os mesmos caminhos ficcionais dos animes: o poder mágico do indivíduo isolado.■



Neon Genesis Evangelion, famoso animê japonês | Foto: Reprodução